



Autorização de Farmácia/Drograria



Institucional Anvisa Divulga Serviços Áreas de Atuação Legislação

Espaço Cidadão Profissional de Saúde Setor Regulado

DADOS DA AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:	roger b. ferreira me	Nome Fantasia:	drogaria BARBOZÃO
CNPJ :	24.473.313/0001-25	Processo:	25351.128003/2017-12

Endereço:	avenida bandeirantes 3070		
Bairro:	JARDIM IPE IV	Município:	MOGI GUAÇU
CEP:	13846010	Email	Não Informado
Fone:	Telefone Comercial: 19 - 35694269		

Resp. Legal:	ROGER BARBOSA FERREIRA		
Resp. Técnico:	ROGER BARBOSA FERREIRA		

Nº Autorização :	7505691	Autorizado em :	03/04/2017	(*) Situação Cadastral :	REGULAR
-------------------------	----------------	------------------------	------------	---------------------------------	----------------

<p>Atividades</p> <p>Comércio Alimentos permitidos Correlatos Cosméticos Perfumes Produtos de Higiene</p> <p>Dispensação de medicamentos contendo substâncias sujeitas ao controle especial A1 - Substância entorpecentes A2 - Substâncias entorpecentes de uso permitido em concentrações especiais A3 - Substâncias psicotrópicas B1 - Substâncias psicotrópicas B2 - Substâncias psicotrópicas anorexígenas C1 - Outras substâncias sujeitas ao controle especial C2 - Substâncias retinóicas C4 - Substâncias anti-retrovirais C5 - Substâncias anabolizantes D1 - Substâncias precursoras de entorpecentes e/ou psicotrópicas</p> <p>Dispensação de medicamentos não sujeitos ao controle especial -</p> <p>Manipulação de produtos magistrais -</p> <p>Manipulação de produtos oficiais -</p> <p>Prestação de Serviços Farmacêuticos -</p>
--

(*)
REGULAR: No que se refere à Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) supramencionada - encontra-se em situação regular.

()**
 A informação de regular não impede a ANVISA de apurar e efetuar cobranças administrativas de taxas não recolhidas, recolhidas à menor ou após o prazo regulamentar.

(*)**
 O exercício das atividades sujeitas ao controle e fiscalização da ANVISA sem a devida concessão/renovação de autorização de funcionamento sujeita a empresa às penalidades previstas na Lei Nº 6.437, 20/08/1977.

VOLTAR NOVA CONSULTA

